

pensamento autonomista. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

TELLES, Vera da Silva. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (orgs.). *Uma revolução no cotidiano? Novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

THOMPSON, Edward. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1981.

Notas

- ¹ Rio como periférico porque sabemos que o significado do termo periférica deve ser precisado.
- ² Este período é lembrado por renomados geógrafos que se preocuparam em elaborar um quadro da evolução do pensamento geográfico brasileiro. Nesse período é que ocorre uma ruptura com a Geografia de cunho Neopositivista e se assume o materialismo dialético como aporte teórico e filosófico da produção geográfica nacional. Para essa discussão ver Sposito, 2001; Moraes, 1989 ou Santos, 1979.
- ³ Esta visão vai fundar o que se convencionou chamar de Geografia Cultural, que tem Paul Claval como um de seus principais representantes.
- ⁴ Esta hipótese é apresentada de forma sintética e só ela mereceria a atenção de uma tese.
- ⁵ Sociedade dos Amigos do Bairro Alvorada. De acordo com o novo Código Civil, estas instituições devem tomar o caráter de Associações, uma vez que configuram agremiações de utilidade pública.
- ⁶ Como por exemplo a pixação em muro logo na entrada do bairro com os dizeres "policiais os verdadeiros marginais".

Recebido para publicação em 31 de maio de 2004

A TOTALIDADE-DIFERENÇA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO: TRÊS PONTOS PARA O DEBATE

Roberto Franca da Silva JUNIOR*

Resumo: Este é um ensaio que visa levantar questões sobre a produção do espaço, a totalidade social, a relação metabólica sociedade-natureza e as teorias existentes, especialmente, aquelas que interpretam os períodos técnicos, e relaciona-las com a condição topológica.

Palavras-chave: produção do espaço; metabolismo societal do capital; totalidade; diferença; ontologia.

Resumen: Este es un ensayo que visa el examen de cuestiones sobre la producción del espacio, la totalidad social, la relación metabólica sociedad-naturaleza y las teorías existentes, especialmente, aquellas que interpretan los períodos técnicos, y relacionar con la condición topológica.

Palabras-clave: producción del espacio; metabolismo societal del capital; totalidad; diferencia; ontología.

1. INTRODUÇÃO

As preocupações, angústias e indagações que apresentaremos a seguir decorrem dos problemas de ordem epistemológica que ocorrem no interior da ciência geográfica com relação ao espaço, que

*Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia FCT/UNESP. E-mail: robertofranca@hotmail.com

ora comparece nas análises como elemento fragmentário, conforme denunciaram Silveira e Santos, et al., 2000, e ora como elemento homogeneizador (MOREIRA, 2000).

No "espaço" fragmentário não se leva em consideração a totalidade, e no "espaço" homogeneizador, o problema consiste na consideração da totalidade desprovida da diferença.

Segundo Moreira (2000, p.342):

É tradição na geografia o espaço concebido como instância da unidade. Apresente-se na forma aqui da região e acolá do país, o espaço é sempre um ente que uniformiza numa unidade as diferenças. Um elemento padrão que confere unidade simbólica à diferença, como o todo do gentílico-pátrio, onde se aninha o grupo de identidade afirm, pondo um exemplo por demais freqüente. Ou o todo da circunscrição do mercado [...]

Diante destes problemas, pretendemos desenvolver o raciocínio sobre o espaço geográfico, com vistas a sua ontologia, tomando, em grande parte, como referência empírica e analítica, o tema mais diretamente relacionado à disciplina ministrada por Antônio Thomaz Júnior, intitulada "A questão cidade-campo: agroindústria e movimentos sociais", em 2002.

2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A TOTALIDADE SOCIAL

Diante da complexidade de relações que o mundo apresenta hoje, se torna cada vez mais complicada uma análise da realidade, ocorrendo de forma mais acentuada uma fragmentação entre as ciências humanas. Fragmentação esta, que se apresenta como fenômeno para os olhares dos pesquisadores desatentos à totalidade e, como discurso, para os ideólogos que venham pretensamente descrever a diferença enquanto diferença entre entes, reduzindo-a a

dinâmica societal. Toma-se desta forma, uma pretensa ordem "pós-moderna" pelo pós-indemismo, enfatizando, sobretudo, os valores das diferenças culturais e das individualidades.

O que se pretende com esta apreciação, é identificar na diferença uma ontologia que está contida na totalidade. A diferença vista como diferença entre entes é mais um aspecto da fragmentação. Sobre este ponto Moreira (1999, p.2) afirma que:

Da filosofia, o tema da diferença migra para as ciências humanas, onde o seu entendimento se altera. Fortemente combinada com a questão do sujeito, a diferença ganha a conotação da alteridade, da multiculturalidade, do corpo, do gênero, da segmentação social, da etnia, virando diferença entre entes, e afastando-se da questão ontológica da relação do ser e do ente.

Especificamente na Geografia, a fragmentação se dá no âmbito da análise espacial, já que, o espaço, se põe em particular, dado o acentuado grau de especializações nessa ciência, que ao mesmo tempo em que é fragmentada pelo pragmatismo científico, fragmenta o conhecimento geográfico.

Segundo Santos e Silveira et al (2000, p.6):

O espaço é freqüentemente considerado como espaço político, espaço econômico, espaço antropológico, espaço turístico. E esse é um grande problema para a disciplina. Fragmentada, a geografia não oferece uma explicação do mundo e portanto passa a precisar, cada vez mais, de adjetivos que expliquem a sua finalidade. Ela perde substância e corre sérios riscos de não ser mais necessária nos currículos escolares. Tal fragmentação é decorrente, de um lado, da crescente impossibilidade, socialmente gestada, de percebermos que todos os elementos agem

conjuntamente (e separações podem ser feitas para fins analíticos). Soma-se a isto a consagração da fragmentação do ensino em todos os planos (nas aulas, nos livros, nas grades curriculares). A situação é agravada, ainda, quando no ensino superior – público e privado – adota-se uma especialização cujo fim é atender a uma certa política e ao mercado.

Tendo em vista esses fatos, os autores citados propõem a denominação espaço geográfico como sinônimo de espaço banal, compreendendo este, como sendo “o espaço de todos, todo o espaço”. E reconhecer que o espaço geográfico é o espaço das instituições, das empresas, enfim, de todos os homens, que são diferentes e desiguais. Nas palavras dos autores (ibidem, p.3): “Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social. É uma visão que incorpora o movimento todo, permitindo enfrentar corretamente a tarefa de análise” (grifo nosso).

Entendemos, que se o espaço não for visto como total, não pode ser visto também, como processo social que envolve a inter-relação homem-natureza. É isso que veremos a seguir.

3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O METABOLISMO SOCIETAL DO CAPITAL

Apesar da Geografia ser (considerando de uma forma genérica) uma ciência que se pauta por olhar a espacialidade dos fenômenos, vemos que grande parte dos geógrafos não se preocupa com uma abordagem espacial efetiva. Quando se preocupam, não observam a ontologia do espaço.

Antunes (2002, p.136 apud Lukács), discorrendo sobre as origens do homem enquanto ser social, explica que o ato laborativo permite a humanização do homem, nos fornecendo, portanto, uma pista sobre o processo de produção do espaço. Segundo o autor:

120

O fato de buscar a produção e a reprodução da sua vida societal por meio do trabalho e da luta por sua existência, o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução. O trabalho é, portanto, resultado de um *pró-teleológico* que (previamente) o ser social tem ideia em sua consciência, fenômeno este que não está essencialmente presente no ser biológico dos animais. (grifo do autor)

Dessa forma, entendemos que a ontologia do espaço está diretamente vinculada à ontologia do ser social, na sua relação metabólica com a natureza, e na sua capacidade teleológica de prever, produzindo espaço através do trabalho. Nesse sentido, concordamos com Smith (1988, p.109) que “a produção do espaço é um resultado lógico da produção da natureza”.

Esta noção se constitui em parte com o que Santos (1994, p.17) diz a respeito das técnicas e o processo histórico. Segundo o autor “a história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno”. Esta ruptura se dá a partir da aceleração desse processo, ao mesmo tempo em que o homem “se descobre enquanto indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, para tentar dominá-lo”.

Entretanto, técnicas são instrumentos de trabalho, portanto, não se pode dar autonomia a elas, assim como Santos (1994, p.20) fez na seguinte passagem da mesma obra: “A técnica é a grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno”.

Deve-se, portanto, tomar o cuidado teórico-metodológico de não transformar a técnica em sujeito da ação. Tomando os devidos cuidados com este aspecto, Kurz (2002, p.10) de forma enfática (tomando como referencial analítico a questão ambiental), estabelece as relações entre técnica e metabolismo societal do capital.

121

Seria errado demais atribuir a dinâmica da destruição moderna da natureza exclusivamente à técnica. Certamente são os meios técnicos que interferem direta ou indiretamente nos nexos naturais. Mas esses meios não são responsáveis por si, são o resultado de uma determinada forma de organização social, que define tanto as relações sociais quanto o "processo de metabolismo com a natureza". O moderno sistema produtor de mercadorias, baseado na valorização do capital monetário como fim em si mesmo, revela-se aí, de dupla maneira, irracional: tanto no macropiano da economia nacional e mundial quanto no micropiano da economia industrial. (grifo nosso).

Já para Santos (1996, p.25), a principal forma de relação entre o homem e a natureza é dada pela técnica. Segundo o autor "as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço".

Esta afirmação de Milton Santos avança com relação à anterior, mas ainda é insuficiente para uma ontologia do espaço e da relação homem/natureza, que entendemos ser dada, enquanto essência, pelo trabalho na sua forma. Entretanto, Santos (1994, p.16) tem razão em afirmar que é através da aceleração do processo técnico que passamos a ter um entorno cada vez mais artificializado chegando ao ponto atual, em que o entorno não é mais aquele "seu quintão de natureza, o que lhe podia ser útil para a renovação de sua vida; espécies animais e vegetais, pedras, árvores, florestas, rios, feições geológicas".

A partir da Primeira Revolução Industrial, o capital em geral passou a ser o principal elemento do processo de produção do espaço, mas não o único. Ainda há produção do espaço que não se dá pelo viés do capital, já que, ainda existem grupos que estabelecem

relações não capitalistas, como é o caso de poucas tribos indígenas na Amazônia.² Contudo, hoje o espaço é produzido sem ser "tocado" pela ação direta do homem sobre o entorno, pois, o capital, através do controle social é capaz de dominar áreas não habitadas. No entendimento de Santos (1986, p.17) toda porção do espaço é potencialmente utilizável. Além deste fator, as áreas "vazias" são reservas de valor.

Falava-se outrora do ocineno e de tudo o mais. Hoje, o espaço humano compreende as áreas que permeiam como espaço biológico, incluídas porém na rede de relações que, em nossos dias, já não são estritamente econômicas, sendo também políticas, etc., relações eficazes, mas também potenciais. Se existem espaços vazios, já não existem espaços neutros. (SANTOS, 1986, p.17)

O território, tomando de maneira genérica (já que não é nosso intuito verticalizar sobre este ponto), é "definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (SOUZA, 1995, p.78) e é resultado do processo de produção do espaço. Assim, o espaço enquanto processo, pode ser considerado ser do território que passa a ser a materialização dos processos fundantes da produção do espaço, como o trabalho e a técnica. Se pegarmos estes processos pelo viés do modo de produção capitalista, tornamos como fundantes a exploração do trabalho não pago e o desenvolvimento das forças produtivas. O território então, é a base material do controle e do metabolismo social do capital, bem como a "delimitação" dos processos espaciais. Se no "entorno" o trabalho era criador de valores de uso, pressupondo produção e circulação em diversas escalas, além do "entorno".

Dentro da perspectiva escolar é necessário alertar-nos para a sua articulação, analisando o geral e o específico, o mundial e o local de forma crítica. Tentemos fazer isto no próximo item.

4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO, AS MACROTEORIAS E OS LUGARES

Com a aceleração do desenvolvimento de forças produtivas e do processo de produção do espaço, temos também alterações nas formas de gestão da produção, marcando períodos técnicos⁴, que se tornam objetos de interpretação das ciências humanas. As transformações que marcam este momento vêm ocorrendo, sobretudo, a partir dos anos 1970⁵. Nesse sentido, não há consenso com relação à natureza e à importância das mudanças. Assim, segundo Martin (1994, p.33), "o problema é que, em um período de mudança rápida e abrangente, não há maneira direta de determinar em que estágio do processo nos encontramos, de identificar as tendências e mudanças envolvidas e separar o fundamental do efêmero."

A nossa preocupação com estas questões decorre do fato de muitos intelectuais elaborarem os modelos teóricos de modo a homogeneizar tendências, que se expressam diferentemente nos lugares (topos). Sobre isto Martin (1994, p.41) é contundente:

Todos os modelos tendem a um excesso de generalizações, seja reduzindo uma complexa variedade de tendências e alterações a simples conceitos ou lógicas, ou projetando sinodologicamente o que são certas dimensões-chave de uma nova economia em uma afirmação de totalidade. O resultado tende a ser uma estrutura interpretativa em que tanto as antigas como as novas realidades são altamente estilizadas e idealizadas, um problema reforçado pelo uso de "tipologias opostas" para distinguir as novas formas de organização econômica das antigas e pelo florescimento de retórica negativa incorporada em prefeitos como "pós-" e "des-" que são arrolados para descrever o novo sistema econômico. Esses modelos, portanto, tendem a

124

impor uma fachada de coerência sobre o que de fato é uma realidade muito confusa, complexa e desestruturada (grifo nosso)

O mesmo autor (1994, p.36), envolvido nesta perspectiva, lança o seguinte desafio: "não é meramente uma questão de documentar e descrever o novo panorama econômico, embora seja uma tarefa importante. A questão-chave é como explicamos e respondermos às novas realidades?"

Este desafio nos remete à seguinte questão: Como as técnicas e tecnologias redefinem as formas de gestão e controle do trabalho? A esta provocação acrescentamos a seguinte questão: Como as técnicas e tecnologias redefinem as formas de gestão da produção em geral e o espaço?"

Discutir o âmago destas questões, nos levava a uma longa discussão (fugindo do nosso objetivo de promover reflexões), entretanto, estas questões podem dar sentido e ontologia à epistemologia das mudanças de períodos técnicos, acrescentando à discussão paradigmática: a contradição, a totalidade e a diferença, que se manifestam espacialmente.

Sobre estas questões, Arrighi (2000, p.11), citando outros autores) dá um excelente norte para uma leitura geográfica dos processos. Segundo o autor, "em havido mudanças na configuração espacial dos processos de acumulação de capital [...] seja qual for a direção do movimento, desde a década de 1970 a tendência é de aumento da mobilidade geográfica do capital".

É esta condição de mobilidade do capital que propicia a difusão desigual e contraditória dos processos de acumulação, que se expressa de forma diferente nos diversos lugares. Estes processos incluem, além dos processos produtivos, os processos não produtivos, como é o caso principalmente da financeirização do capital (CHESNAIS, 1996 e 2001).

Na visão de Moreira (1999, p.10):

125

O ponto de partida é uma mudança que temos localizar na troca recíproca de mando entre as esferas da circulação e da produção, que ocorre na economia política capitalista vinculada a ascensão e mutações internas que se dão no capital financeiro, com implicações na forma do valor (e na forma-valor).

A partir desse “ponto de partida”, o autor lança uma hipótese para discutir a diferença:

A hipótese é que a escala do espaço da circulação possibilita a conversão pelo capital rentista de múltiplos segmentos de população espalhados pelo mundo (camponezes, famílias urbanas, comunidades indígenas, pesquisadores científicos, profissionais autônomos – formas proletariizadas, numa interpretação livre do dizer de Lefebvre: “a classe operária distingue-se do proletariado mundial, este inclui também os camponeses arruinados”), em produtores de valor não-capitalista para o fim da acumulação capitalista (seria isso a expropriação de renda ao pequeno produtor rural realizada atualmente em escala multiplicada?), sua produção e extração em uma forma permanente e contínua.

Adotando a perspectiva da reestruturação produtiva do capital, Thomaz Júnior (2001) enfatiza que este processo promove exclusão de um amplo estrato de trabalhadores na agricultura. Somado a este fator macroestrutural, o autor atribui ao Estado brasileiro, o dolo a milhões de trabalhadores que hoje empreendem a luta pela terra.

Thomaz Júnior (2001), para demonstrar o problema da exclusão no campo, utiliza uma série de dados do IBGE e conclui, a partir do quadro levantado, que há um: “contingente crescente de trabalhadores e de brasileiros excluídos, que se aproxima de 5,5 milhões de famílias ou 25 milhões de pessoas e mais uma porção

126

significativa de trabalhadores precarizados, que somados alcançariam 40 milhões de pessoas, que engrossam as fileiras dos postulantes à luta pela terra, às ocupações e à reforma agrária”.

Entretanto, por trás das questões em comum posta para os trabalhadores, o que reflete uma certa identidade e que levaria muitos a uma interpretação homogeneizadora tanto dos processos sociais como do “espaço”, há diferenças expressivas, uma “trama de relações” (nas palavras de Thomaz Júnior) que reflete a complexidade e diversidade dos “atores” sociais envolvidos no campo e que lutam por terra, resistem na terra e lutam pela reforma agrária (THOMAZ JÚNIOR, 2001). Segundo o autor, estes fatores:

[...] evidenciam através da dinâmica territorial do processo social em pauta, a peculiaridade de encontrarem-se atomizados e fragmentados por diversas entidades e lugares/regiões. Os principais segmentos de trabalhadores que estão à frente do processo de luta pela terra, considerando o leque plural dos movimentos sociais envolvidos, são: os posseiros, os atingidos por barragens, os pescadores artesanais, os índios, os arrendatários, os seringueiros, os ribeirinhos, os pequenos agricultores do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), os assalariados rurais temporários (especialmente os envolvidos no corte da cana-de-açúcar, nos Estados de Pernambuco, Alagoas e São Paulo), os desempregados urbanos, etc. E, portanto, uma dinâmica extremamente singular a formação e redefinição de rumos e estruturas dos movimentos sociais e as demais instâncias de organização dos trabalhadores inscritas na luta pela terra, até porque, como os latifúndios estão por toda parte, os trabalhadores sem terra, também estão.

127

Na análise do *espaço banal (território usado)*, Silveira e Santos et al. (2000, p.12), nos oferece um excelente campo de visão para a observação da totalidade e das diferenças topológicas expressadas por Thomaz Júnior (2002), na passagem acima citada. Silveira e Santos et al propõe: considera a expressão *território usado* como sinônimo de *espaço banal*:

[...] propusemos considerar o espaço geográfico não como sinônimo de território, mas de território usado; e este é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial.

Particularmente, pensamos que o termo *território usado* não deva ser misturado com espaço, mas, não entraremos no mérito da questão, por não ser nosso objetivo discutir pormenores.

Os autores destacam, de uma certa maneira, com o uso de outras palavras, a questão do controle social e espacial que o capital exerce, bem como seu componente de seletividade, que se expressa na divisão social e territorial do trabalho.

Para os autores hegemônicos o *território usado* é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação do seu uso, com a adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território. Por outro lado, as situações ressaltantes nos possibilitam, a cada momento, entender que se faz mister considerar

128

o comportamento de todos os homens, instituições, capitais e firmas. Os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando levando a uma multiplicidade de ações, fruto do convívio dos atores hegemônicos como os hegemonzizados. Dessa combinação temos o arranjo singular das lugares.

Os atores hegemonzizados têm o território como abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. É neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade. (grifos nossos em negro e grifo do autor em itálico)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos estudiosos enfatizam sobre a necessidade de se buscar a totalidade, todavia, Thomaz Júnior (aula do dia 23/09) nos alerta que a totalidade não deve ser apenas o "ponto de chegada", mas "o ponto de partida e o de chegada".

É uma questão de método, que por sinal, favorece uma leitura espacial. Com isto, teremos um espaço total, pois se o espaço não for visto como total, não pode ser visto como processualidade social (THOMAZ JÚNIOR, 2002).

Tomemos a relação cidade-campo como exemplo. O capital, principalmente a partir da revolução industrial, iniciou um forte processo de "separação" entre a cidade e o campo, entretanto, conforme o aumento da circulação e da difusão de mercadorias e valores, mormente da cidade para o campo, houve uma "unificação" destas duas entidades do espaço pelo capital, em uma perspectiva processual.

Devemos ressaltar que os termos entre aspas estão sendo utilizados aqui como ilustração, pois, na verdade, a cidade e o campo

129

nunca foram separados de fato (apenas na perspectiva da divisão técnica e territorial do trabalho). Cidade e campo também não estão unificados no sentido de uma homogeneização espacial, devido às variações existentes entre os lugares.

Fazendo a crítica à leitura homogeneizadora do espaço geográfico, Moreira (1999, p.5 e seguintes) realiza uma discussão introduzindo o termo *semelhança* para depois ressaltar as *variações*.

Para Moreira (ibidem) a semelhança comparece analiticamente como elemento de classificação, tomando a diferença uma mera categoria do método (ibidem, p.06).

Reportando-se à triadição geográfica, Moreira (1999, p.7) afirma que há uma "combinação do heterogêneo e do homogêneo, em que o heterogêneo é transfigurado na unidade do homogêneo. Do mesmo modo como na representação geral a diferença dá lugar à identidade. E pela mesma mediação da semelhança".

Assim, para o autor (ibidem, p.7), na Geografia "diferenciação e heterogeneidade, tais são os termos da diferença".

A partir desta crítica, Moreira (ibidem, p.7) arremata: "Diferença e semelhança não são pois opostos entre si. E diferenças não são contrastes. Diferença é variação." (grifo nosso)

Devemos ressaltar também que, se há variações, é porque existem várias determinações. Todavia, variação mantém a essência.

Assim, em determinados lugares, a cultura, por exemplo, pode ser *definidora* das relações econômicas. Entretanto, com forte atuação do capital no sentido de se adaptar ao lugar para posteriormente desvirtuar e corromper a cultura local ao seu usufruto de forma metabólica.

Enfim, politicamente, do ponto de vista da questão agrária, tomando o caso da reforma agrária, a postura de buscar a totalidade levando em consideração a diferença (e não a homogeneidade, a unidade) favorece uma leitura que vise a emancipação, pois, a reforma agrária deve ser entendida também como um problema urbano. É uma questão cidade-campo indissociável.

Desertados, camponeses migram para cidades...

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Dinheiro, Poder e as origens do nosso tempo. 3 ed. São Paulo: Contraponto/Edunesp, 2000.
- CHESSNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____ Mundialização: o capital financeiro no comando. In: *Outubro*, n.5, 2001 pp.7-29.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- KURZ, Robert. O desenvolvimento insustentável da natureza. In: *Mais!* (Folha de S. Paulo), São Paulo, 06/10/2002.
- MARTIN, Ron (Org.). Teoria econômica e geografia humana. In: *MARTIN, Ron, Geografia Humana – Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- MOREIRA, Ruy. *Inovações Tecnológicas e Novas Formas de Gestão do Trabalho*. In: *Trabalho e Tecnologia – UNITRABALHO*. São Paulo: UNITRABALHO, 1998.
- _____ *A diferença e a Geografia* (o artil da identidade e a representação da diferença na Geografia). Rio de Janeiro, 1999 (mimeo).
- _____ Realidade e Metafísica nas estruturas geográficas contemporâneas. In: CASTRO, Iná Elias (Org.). *Redescobrimdo o Brasil – 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____ Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____ *A Natureza do Espaço. Tempo e Técnica*. Razão e Imagem. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

SILVEIRA, Maria Laura, SANTOS, Milton, et al. **O papel ativo da Geografia: um manifesto**. Estudos Territoriais Brasileiros – Laboplán. Departamento de Geografia. FFLCH-USP. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, 2000 (mimeo).

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O Território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de (org.) et alii. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. pp. 77-116.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Desenho societal dos sem terra no Brasil** (Uma contribuição à "leitura" geográfica do trabalho). In: **Revista Pegada Eletrônica**. Unesp / Presidente Prudente, v.2, n.2, out/2001. [ISSN: 1676-3025]. <http://www2.prudente.unesp.br/ceget/vinculos/jinkpeg2.htm>

Por uma Geografia do Trabalho. In: **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, v. VI, n.119 (5). 2002. [ISSN: 1138-9788] <http://www.ub.es/geocinf/sn/sn119-5.htm>

Notas:

¹ No seminário de doutorado intitulado "Redes e Territórios", realizado no dia 22/10/2002, a Profª Célia Christina Dias chamou a atenção insistentemente para este aspecto.

² Tomando o sentido da relação homem-encontro há uma espécie de "confronto" entre grupos, que se mantêm sem o intermédio monetário, e o capital, que visa o controle socio/territorial.

³ Desenvolvimento das forças produtivas não significa apenas desenvolvimento tecnológico, mas sim, um novo deslanço social. Thomaz, Jr. (16/09/2002 – notas de aula)

⁴ Segundo Moreira (1998, p.16), "cada tempo da história é marcado por um período técnico ao qual corresponde um período de formas de organização e gestão do trabalho".

⁵ Para deixar clara nossa posição, estamos de acordo que a partir da década de 1970, o capitalismo passou por uma profunda Reestruturação Produtiva. Concordamos também com a tese da "acumulação flexível" de David Harvey (2001).

Recebido para publicação em 31 de maio de 2004.

132

O PAPEL DO EMPÍRISMO E DA ESTÉTICA NA EDIFICAÇÃO DA OBRA HUMBOLDTIANA*

William Ribeiro da SILVA**

Resumo: Na busca de um resgate da construção do pensamento geográfico, temos como objetivos do presente texto, o desenvolvimento de uma discussão sobre o papel do empirismo e da estética na edificação da obra Humboldtiana, que parte de sua formação, considerada eclética, do contexto político do período de unificação da Alemanha e da expansão dos Estados Nacionais. Assim, mostra uma singularidade a partir do ecletismo, fundindo o aparato técnico de caráter empírico à reflexão filosófica da estética, relacionada aos traços românticos. Registra os interesses do surgimento de uma ciência que contribua com a consolidação do modo capitalista de produção, que garanta uma apreensão sensível de aspectos relacionados à natureza e sua dominação pelo homem, de modo que esta passa a ser desvendada de acordo com os projetos político-territoriais de uma aristocracia que se reveste no corpo de um Estado Nacional e faz emergir questões relacionadas ao nacionalismo e às estratégias de dominação territorial.

Palavras-chave: Geografia; Humboldt; empirismo; estética; Estado Nacional.

* Texto produzido como avaliação final do Seminário "Contribuições da Metafísica da Natureza para a Ciência Geográfica", ministrado pelo Prof. Dr. Antônio Carlos Vize, sendo parte integrante da disciplina "Seminários de Doutorado" do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente-SP, no ano de 2003.

** Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da PCTV/UNESP, campus de Presidente Prudente. Membro do GASPERR Bolsista da CAPES. E-mail: williamribeiro@hotmail.com

133